O MOVIMENTO FOLCLÓRICO BRASILEIRO: UMA RÍTMICA DE CONQUISTAS E FRACASSOS

IZABELA TAMASO
Doutoranda em Antropologia
Universidade de Brasília

VILHENA, Luís Rodolfo. 1997: *Projeto e Missão: O movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getúlio Vargas. 332 pp.

Muito embora existentes desde fins do século passado, os estudos de folclore iniciam um período deveras produtivo a partir da década de 40. A eficácia, não apenas institucional como também simbólica, alcançada pelos estudiosos do folclore, principalmente após 1947, foi interpretada por Luiz Rodolfo Vilhena em *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964*, a partir de um "campo de possibilidades específico".

O Estado Novo havia possibilitado a inserção de vários intelectuais na burocracia estatal. Auto-atribuindo-se um "papel messiânico na vida nacional", os intelectuais objetivavam salvaguardar a cultura nacional. Tal preocupação presente no movimento folclórico descrito por Vilhena já estava expressa no grupo modernista quando do surgimento da idéia de patrimônio histórico. Instituído em 1937, o SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) tinha como membros intelectuais que se auto atribuíam um sentido missionário (Fonseca 1994, Gonçalves 1997, Rubino 1991, Santos 1992). A busca pela autenticidade das manifestações culturais e da identidade nacional influenciava os intelectuais da primeira metade do século, preocupados que estavam com a preservação da cultura nacional.

A importância do trabalho de Vilhena está no esforço interpretativo que destaca os folcloristas em meio aos estudos sobre os "ideólogos do caráter nacional". Segundo o autor, os folcloristas foram os primeiros a formular um discurso sistemático do tema da cultura popular que não se limitava a ser um objeto de pesquisa, mas, sobretudo, "um lastro para a definição da identidade nacional" (Vilhena 1997: 21).

O período compreendido entre 1947 e 1964 é destacado por Vilhena como aquele em que o movimento folclórico no Brasil, não obstante ter conquistado vitórias no campo da institucionalização, representou igualmente o ponto em que se encontram os fatores decisivos para a relativa desvalorização dos estudos de folclore. Foi em 1947 que se fundou a Comissão Nacional do Folclore (CNFL), ligada ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) e organizada no Ministério das Relações Exteriores com a finalidade de representar o Brasil na UNESCO. As práticas e políticas estabelecidas na CNFL foram fundamentais para o desenvolvimento do movimento folclórico no período analisado por Vilhena. O ano de 1964 foi justificada pelo autor como delimitando o fim das crescentes conquistas dos folcloristas. Com o Golpe de 1964, o diretor da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), Édison Carneiro, foi afastado. Dada a ligação que Carneiro mantinha com a CNFL, o seu afastamento da CDBF representou uma queda significativa nas conquistas de ambas as instituições.

Contudo, se conquistas foram possíveis no plano institucional, o mesmo não aconteceu com outro grande projeto dos folcloristas: aquele que transformaria os estudos de folclore em "disciplina autônoma no interior das ciências sociais". Os folcloristas almejavam mais do que políticas de preservação e desenvolvimento de métodos de pesquisa do folclore nacional. Visavam um lugar específico no ensino universitário. A rede de relações estabelecida entre os diversos intelectuais — que transitavam tanto nas entidades governamentais de preservação do folclore nacional, como também nas instituições de ensino universitário e órgãos políticos estaduais e nacionais — vai revelando, no decorrer da apresentação etnográfica, a estreita relação entre ciências sociais e estudos de folclore. Se, por um lado, a pesquisa folclórica foi determinante na formação da primeira geração de cientistas sociais, por outro, foram também os folcloristas participantes dos debates que definiriam a constituição das ciências sociais no Brasil.

Vilhena formula algumas questões a partir daquilo que designou de "descoberta paradoxal". O material etnográfico — textos publicados em revistas editadas pelas próprias agências estatais de pesquisa e preservação do folclore, como a CNFL, além das freqüentes cartas trocadas entre membros das diversas comissões estaduais e, principalmente, entre estes e Renato Almeida, presidente da CNFL — revelou ao antropólogo a impressionante eficácia alcançada pelos folcloristas na mobilização da opinião pública em torno de temas da identidade nacional e cultura popular — resultados "bem diferentes do que hoje se verifica". A constatação do paradoxo parece ter incitado Vilhena a interpretar a trajetória e as características do movimento folclórico.

Dividido em cinco capítulos que evitam uma descrição etnográfica cronológica, o livro foi construído num crescendo, onde a rede de relações entre intelectuais e folcloristas vai sendo aperfeiçoada com a presença constante de uma etnografia sabiamente selecionada, entremeada de oportunas interpretações teóricas. A fuga da apresentação etnográfica de forma linear imprime dinâmica ao trabalho, possibilitando o jogo entre os antecedentes do movimento e os resultados deste, numa descrição que se vai construindo por diversos ângulos. Destacadamente, o autor sobrepõe os dados etnográficos criando uma escrita antropológica que parece seguir a rítmica daquilo que Vilhena considera o foco central do movimento folclórico brasileiro: os "folguedos populares". A ênfase que o movimento folclórico deu aos folguedos decorre da dimensão dinâmica presente nesta espécie de expressão cultural. Esse dinamismo caracteriza a escrita antropológica também em *Projeto e Missão*.

No primeiro capítulo, são apresentados os paradigmas relativos à história das ciências sociais no Brasil, bem como a forma como os estudos de folclore podem ser inseridos nos debates sobre o pensamento social brasileiro. Do entrecruzamento de dados relativos às ciências sociais e aos estudos de folclore no período escolhido para análise, Vilhena se depara com a "descoberta paradoxal". Se, naquele período, considerando apenas a antropologia, o tema folclore aparece na maioria dos livros publicados posteriormente, pouca atenção receberam os folcloristas nos trabalhos relativos à história da produção intelectual do período. Vilhena destaca essa postura como reveladora da pouca valorização dada aos estudos de folclore atualmente. Assim resume ele a situação dos estudos de folclore: "quanto mais eles se aproximam do 'núcleo duro' dessas ciências — das disciplinas 'puras' e do seu sentido 'estrito' —, mais se rarefaz a presença dos estudos folclóricos" (: 43).

A análise do campo universitário encaminha Vilhena para a formulação de outra hipótese. Ao contemplar as posições ocupadas pelo folclore no campo do ensino universitário, evidencia-se que a distância entre o campo das ciências sociais e os estudos de folclore é responsável pela ausência destes estudos nas descrições históricas do pensamento social brasileiro, dado que é no interior das ciências sociais que se processam tais descrições.

Vilhena analisa criticamente paradigmas estabelecidos por autores da história das ciências sociais no Brasil — tais como Luciano Martins, Florestan Fernandes, Sérgio Miceli, Renato Ortiz e Carlos Guilherme Mota dentre outros — lembrando que, para além das contribuições de tais trabalhos, faz-se necessário saber romper com os "mitos que se teceram" à volta do pensamento social brasileiro. Seguindo a tendência auto-reflexiva que tem marcado os estudos antropológicos, Vilhena procura "indícios a cerca da posição dos estudos de folclore neste processo" (: 60) na recente produção sobre a constituição da antropologia no Brasil, lembrando que, no quadro das ciências sociais, o campo da antropologia estabeleceu freqüentes laços com o movimento folclórico.

Contudo, se o movimento folclórico não obteve eficácia no processo de consolidação do campo intelectual brasileiro, o segundo capítulo cuidará de apresentar o relativo sucesso obtido na criação de instituições dedicadas aos estudos e preservação do folclore nacional. Vilhena descreve a constituição da rede institucional, a partir da apresentação da seqüência de eventos que compõem a trajetória do movimento folclórico. A importância da rede institucional, alimentada, sobretudo, por Renato Almeida e Édison Carneiro, está no suporte dado ao movimento folclórico, na medida em que permitia a realização dos projetos dos precursores da CNFL.

Vilhena descreve os antecedentes do movimento folclórico, particularmente, a sua genealogia de tal movimento composta por Sílvio Romero (fundador dos estudos de folclore no Brasil), Amadeu Amaral e Mário de Andrade, com base no artigo intitulado "A evolução dos estudos de folclore no Brasil", redigido pelo então diretor executivo da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB). Vilhena procede a uma "revisitação crítica" a cada um desses autores, objetivando "compreender melhor as raízes daquele movimento" (: 80). Essa "revisitação" dá destaque à influência, por exemplo, das publicações do *Boletim da Sociedade Brasileira de Etnografia e Folclore* comandadas por Mário de Andrade, sobre as

primeiras gerações de cientistas sociais. A própria idéia, herdada da Sociedade Brasileira de Etnografia e Folclore, de constituição de uma rede de colaboradores leigos espalhados pelos diversos estados, nos quais aconteciam efetivamente as manifestações folclóricas, serviu não apenas para ultrapassar a dificuldade de realizar freqüentes viagens, mas, sobretudo, como uma das maiores conquistas do movimento folclórico: sua eficaz capacidade de mobilização.

A apresentação da criação da CNFL, resultado da constituição de uma rede de folcloristas espalhada por todo o país em comissões estaduais, a criação da CDFB (considerada por Vilhena como a "maior conquista" no campo do folclore), bem como as conseqüências do "surgimento" e "atuação" da Campanha no "campo folclorístico brasileiro", permitem a Vilhena proceder a um balanço dos projetos institucionais relativos aos estudos de folclore e analisá-los em consideração ao contexto de institucionalização do "campo intelectual" brasileiro. A constituição das ciências sociais no Brasil, como um saber legítimo e científico, elimina a possibilidade de inserção do folclore como uma disciplina autônoma ao recusá-lo como um tema relevante.

A trajetória do movimento folclórico é interpretada no capítulo terceiro tendo por meta a percepção da dinâmica própria envolvida na produção de identidades. Três identidades são indicadas como fundamentais para se compreender tanto a "forma como se desenvolveu a luta pelo institucional travada pelo movimento folclórico", como os resultados obtidos por tal luta: a identidade do folclorista, "a dos 'fenômenos folclóricos' e a da nação" (: 126). O autor apresenta os debates — dominados pelo tema da identidade — entre os membros do movimento folclórico e representantes do campo intelectual, após a constituição dos espaços institucionais destinados aos estudos folclorísticos, e o permanente empenho na busca pela ampliação de tais espaços. A etnografia apresentada por Vilhena revela, por exemplo, que a tensão entre literatura e ciência, captada na trajetória do movimento folclórico, já marcava o campo intelectual brasileiro.

A ampliação da definição dos "fatos folclóricos" — não apenas "espirituais", "tradicionais", "anônimos", mas também "essencialmente populares" —, não bastasse levar à distinção e autenticidade da cultura nacional, visava dar suporte para a conquista maior: a procura por uma definição do lugar que ocupariam os folcloristas entre os "intelectuais científicos" e, ainda, a delimitação de um "domínio próprio e exclusivo dos estudos de folclore". Contudo,

a ampliação gerou conflitos internos ao grupo dos folcloristas e, em decorrência, a perda da unidade do grupo, citada como justificativa para o fracasso dos folcloristas brasileiros nos debates conceituais sobre "fato folclórico brasileiro", por ocasião do Congresso Internacional de Folclore.

Entretanto, se o esforço dos folcloristas na ampliação e clara delimitação de seu objeto de estudo visava responder à "principal acusação metodológica" — a tendência a "descontextualizar o objeto" —, ao se aterem ao plano "puramente folclórico", não considerando o contexto sócio-cultural no qual se observavam os "fatos folclóricos", os folcloristas permaneceram vítimas da mesma acusação. Tal paradoxo, segundo Vilhena, permitiu o surgimento de "acusações contraditórias", segundo as quais ou os folcloristas teriam extrapolado "seu domínio próprio ou então não teriam ido suficientemente longe nesse processo" (: 155).

Dentre inúmeras semelhanças encontradas entre a "ação" dos folcloristas e a prática da preservação do patrimônio histórico ambos no Brasil, destaco aquela relativa ao conflito que, freqüentemente, permeia a recepção de ambas práticas culturais. O paradoxo que cerceou as realizações dos folcloristas pode ser comparado àquele que persegue as práticas relativas à preservação do patrimônio histórico. Os agentes preservacionistas, ora são acusados de avançar um domínio não permitido — o da propriedade privada, por exemplo —, ora deles se cobra atitudes de intervenção frente a demolições repentinas também de propriedades privadas. Visto que a representação de patrimônio histórico é dada com base em cada imóvel específico e, permeada que está das variações da noção de história e passado, acaba por levar à vulnerabilidade da própria legitimidade dos agentes preservacionistas em cada caso específico. A legalidade institucional que dá suporte à ação preservacionista não garante, necessariamente, a legitimidade dos agentes preservacionistas diante dos grupos envolvidos direta ou indiretamente com preservação e, conseqüentemente, permite interpretações variadas das ações preservacionistas: ora vão além dos seus domínios, ora carecem de agilidade e eficácia (Tamaso 1998).

Vilhena explora as oposições presentes nos debates de folcloristas com setores da *intelligentsia*, sobretudo os "literatos do passado" e alguns sociólogos, especialmente, Florestan Fernandes e Roger Bastide. Termina por avaliar que, se os folcloristas foram bem sucedidos em relação aos "literatos do passado", no lugar dos quais eles alcançaram uma hegemonia no campo do

folclore do país, tal conquista foi prejudicada por não terem conseguido conquistar um lugar legítimo no quadro das ciências sociais.

Vilhena inicia o quarto capítulo com a apresentação do "programa do movimento folclórico", descrito em um artigo de Renato Almeida como uma "fórmula sugerida" de pesquisa que permitiria o estudo após a coleta do material, a preservação do folclore e o aproveitamento do folclore na educação. Com a apresentação da concepção dos folcloristas sobre cada uma destas etapas, Vilhena pretende compreender tanto os conflitos internos quanto externos ao movimento.

A noção de "rumor" é destacada por Vilhena como o principal aspecto da estratégia que os folcloristas usaram para atingir os três objetivos do movimento — pesquisa, preservação e aproveitamento na educação. A estrutura capilarizada do movimento permitia alcançar tanto autoridades locais quanto opinião pública. As publicações periódicas da CNFL visavam a divulgação das práticas do movimento folclórico entre seus membros. A imprensa, por sua vez, servia como ponte de diálogo com o campo mais amplo que aquele dos estudos de folclore.

Com arguta interpretação antropológica — servindo-se do conceito de ethos de Bateson e de sua aplicação no meio universitário britânico — Vilhena se detém na descrição do ethos dos folcloristas, o qual teria como elemento mais enfatizado o sentido de "missão comum". Os congressos são interpretados por Vilhena como momentos rituais nos quais era produzido e alimentado o sentimento comum de "solidariedade nacional em torno de um ideal comum" (: 216). Os folcloristas, diferentemente da atuação individualista do "intelectual literato e vaidoso", são destacados pelo autor como possuidores de uma concepção de atuação coletiva do movimento folclórico. Esse *ethos* específico do intelectual folclorista levava-o a rechaçar o "pedantismo" do intelectual literato e buscar a proximidade com o homem simples de forma a se identificar com o seu objeto de estudo: a realidade folclórica. Não sendo apenas mais uma descrição do movimento folclórico brasileiro, o ethos dos folcloristas deve ser interpretado, segundo Vilhena, como relacionado "intimamente tanto com o empiricismo metodológico e a estratégia calcada no 'rumor' [...] quanto com as conclusões sobre a natureza da cultura folclórica" (: 223). Vilhena estabelece a hipótese de que o movimento folclórico "representaria um 'projeto social'", que se viabilizou graças ao papel fundamental desempenhado pelo ethos dos folcloristas.

O olhar antropológico do autor, que percorreu com rigor metodológico e teórico a trajetória do movimento folclórico brasileiro, caminha para conclusões que, sem dúvida, colocam a história dos estudos de folclore no Brasil, se não em outro lugar, ao menos num lugar relevante, especialmente para a antropologia. Os folguedos, conclui Vilhena, ganharam especial relevo no interior do movimento, dada a sua capacidade de melhor expressar "uma cultura em formação como a brasileira" (: 260). O movimento folclórico tinha a percepção de que a nacionalidade brasileira estaria "em processo" e que tal fato justificaria a dissonância sempre presente em todos os intelectuais do pensamento social brasileiro, não obstante estes a explicarem de outra maneira.

Alguns traços singulares do movimento folclórico são destacados por Vilhena: a originalidade de sua capacidade em "atrair os intelectuais de província", quando já se iniciava o processo de institucionalização; a convocação para que trabalhassem na descrição dos traços culturais peculiares à região, desviando-se da tradicional construção da história das elites; ou a opção por uma metodologia específica originária de uma tradição de pesquisa que não a brasileira.

Reflexão sensível é aquela em que Vilhena desenvolve a idéia de que a oralidade — "noção fundadora da tradição folclórica" — se manteve, ainda que de forma "subjacente", no discurso formulado pelo movimento folclórico. A noção de "continuidade" é destacada como a "chave para pensar a tradição folclorística". Desta feita, Vilhena "pensa" sobre os diversos traços de "continuidade" presentes no movimento folclórico, além da já citada continuidade da tradição da oralidade: "a identidade nacional em continuidade com a diversidade regional"; "a continuidade com as reflexões do nosso pensamento social"; e a institucionalização que não objetivou uma separação entre "diletantes" e intelectuais especializados.

Vilhena mostra fôlego etnográfico e teórico quando acompanha a trajetória do movimento folclórico brasileiro, quando tenta compreender o lugar ocupado pelos estudos do folclore "em nossa vida intelectual", a constituição "de nossa *intelligentsia*" e a compreensão do processo de institucionalização da mesma. Grande contribuição para a antropologia, o livro de Vilhena abre uma possibilidade de se pensar comparativamente os "projetos", relativamente contemporâneos entre si, desenvolvidos num tom missionário e que visaram a "salvaguarda da cultura nacional" (Santos 1992).

Enquanto a identificação com a nação, no caso dos folcloristas, é produzida através do "povo", no caso dos agentes preservacionistas, em parte contemporâneos dos folcloristas, tal identificação é produzida através da idéia de memória e tradição (Santos 1992: 481). Se a expressão da formação da cultura nacional, através da idéia de patrimônio, foi um dos objetivos da "Academia SPHAN", o mesmo objetivo foi buscado pelos folcloristas através da dinâmica dos folguedos. Enquanto os agentes do folclore encomendavam pesquisas sobre a cultura popular, os agentes preservacionistas protegiam os monumentos representativos das classes dominantes. Com aproximações e distanciamentos entre uns e outros, obviamente, tais comparações somente poderão se desenvolver efetivamente após profundas considerações sobre ambos os movimentos. O que importa enfatizar é que a riqueza do livro de Vilhena suscita muitas outras reflexões, as quais, por sua vez, desencadearão em interpretações complementares dos paradoxos a que estão continuamente confinadas as análises que visam o campo da cultura.

BIBLIOGRAFIA

FONSECA, Maria Cecília Londres. 1994. *Construções do Passado: concepções sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (Brasil: anos 70-80).* Brasília: Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da UnB.

GONÇALVES, José Reginaldo S. 1996. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN.

RUBINO, Silvana. 1991. *As Fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1986.* Campinas: Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia da UNICAMP.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. 1992. *O Tecido do Tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil (1920-1970).* Brasília: Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da UnB.

TAMASO, Izabela. 1998. *"Tratorando" a História: Percepções do conflito na prática da preservação do patrimônio cultural edificado em Espírito Santo do Pinhal.* Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.